DocuSign Envelope ID: 84F06551-42CE-4719-B7DD-F36A445054A6



# Anúcibus Participações S.A.

CNPJ/MF nº 20.212.090/0001-91

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 -** *Valores expressos em milhares de reais*

**Balanço Patrimonial**

| Ativo | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 672 | 610 |
| Impostos à Recuperar | - | - |
| **Circulante** | **672** | **610** |
| Tributos a Recuperar | 105 | 105 |
| Partes Relacionadas | - | - |
| Investimentos em controlada | - | 185 |
| **Não Circulante** | **105** | **290** |
| **Total Do Ativo** | **777** | **900** |

| Passivo e Patrimônio Líquido | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Obrigações tributárias | 20 | 21 |
| Aquisição de investimentos à pagar | - | - |
| Outros Passivos | 1.162 | 1.162 |
| **Circulante** | **1.182** | **1.183** |
| Passivo descoberto | 2.328 | - |
| **Não Circulante** | **2.328** | **-** |
| Capital social | 14.611 | 14.611 |
| Reserva de Capital | 6.757 | 6.757 |
| Ágio na transação de capital | (3.575) | (3.575) |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | (4.782) | (4.782) |
| Prejuízos Acumulados | (15.744) | (13.294) |
| **Patrimônio Líquido** | **(2.733)** | **(283)** |
| **Total do Passivo e do Patrimônio Líquido** | **777** | **900** |

**Demonstração do Resultado do Exercício**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Resultado de equivalência patrimonial | (2.513) | (11.787) |
| Outras receitas (despesas) | - | 2.256 |
| Despesa financeira | - | (1) |
| Receita financeira | 63 | 60 |
| **Resultado do Período** | **(2.450)** | **(9.472)** |
| IRPJ e CSLL | - | - |
| **Prejuízo do exercício de operações descontinuadas** | **-** | **-** |
| **Resultado do Período** | **(2.450)** | **(9.472)** |

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A **Anúcibus Participações S.A**. ("Companhia"), sediada na rua Avenida Queiroz Filho, Nº 1700 - Conj 704 Torre Sky no bairro Vila Hamburguesa em São Paulo - SP possui investimento indireto na Enova Foods S.A., empresa que atua nos segmentos de barras de mixed nuts, nuts, amendoins, paçocas, refresco em pó, salgadinhos, adoçantes e achocolatados diet, com as marcas Agtal, Amendoim Brasil, Enjoy, Ki-Suco, Monama, Tivva, Paçoca Agtal, Glup, Mixed Nuts, Promix, Assugrin, Doce Menor, Tal & Qual e Gold.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis adotadas:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos e passivos financeiros. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. **2.2. Bases de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo as principais descritas nos itens posteriores, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada Enova Foods Participações S.A. Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, os saldos entre as empresas foram eliminados, bem como o saldo do investimento da Companhia nas controladas. A participação dos acionistas não controladores foi destacada. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a participação da Companhia nas controladas diretas e indiretas é a seguinte:

| | Participação no Capital Social - % 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Controladas diretas:** | | |
| Enova Foods Participações S.A. | 100% | 100% |
| **Controladas indiretas:** | | |
| Enova Foods S.A. | **100%** | **100%** |

**2.3. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Lei das SAs, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 15 de abril de 2024. **2.4. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade - Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2023:** *IAS 1 e IFRS Practice Statement 2* (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis): as alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Empresa, tão pouco na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações contábeis. *IAS 12* (equivalente ao CPC 32) – Tributos sobre o lucro): as alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023:** *IAS 28* e *IFRS* 10 (equivalente ao CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto): não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. *IAS 21* (equivalente ao CPC 02) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis): não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **Reforma tributária no Brasil:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária. **2.5. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional, e, também, a moeda de apresentação da Companhia e suas controladas. **2.6. Instrumentos financeiros - 2.6.1. Ativos e passivos financeiros:** Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: **(i)** ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; **(ii)** ativos financeiros mantidos até o vencimento; **(iii)** ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. **i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. **iii) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. **iv) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por: **(a)** passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, **(b)** passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável, **(c)** contrato de garantia financeira, **(d)** compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado e **(e)** a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15. **v) Desreconhecimento - Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **2.6.2. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.7. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e de baixo risco de variação no valor de mercado. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. **2.8. Contas a receber:** As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda de crédito esperada ("PECLD" ou "*impairment*"). A provisão para perda de crédito esperada é constituída com base na análise individual dos valores a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. Para casos de valores a receber provisionados cuja probabilidade de perda foi revista e posteriormente alterada, a Companhia e suas controladas revertem tais perdas de maneira prospectiva. **2.9. Estoques:** São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e, quando aplicável, acrescidos de gastos relativos aos transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, incluem os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **2.10. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos bens é calculada com base nas taxas que levam em conta a vida útil-econômica estimada dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos bens são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.11. Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O intangível inclui: **(i)** marcas; **(ii)** licenças de uso de sistemas computadorizados (softwares), incluindo os correspondentes gastos com implementação; **(iii)** carteiras de clientes; **(iv)** ágio na aquisição de controladas; e **(v)** desenvolvimento de produtos. **2.12. Avaliação do valor recuperável - *"impairment"* - a) Ativos:** A Companhia e suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: **(i)** seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e **(ii)** seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("*impairment*"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs), correspondentes as unidades produtivas localizadas nas cidades de Queluz (SP) e Catanduva (SP), as quais os ativos estejam alocados. **b) Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. **c) Ágio:** Anualmente a Administração avalia a recuperabilidade do ágio registrado na UGC correspondente a unidade produtiva onde o ágio foi alocado, a qual está localizada na cidade de Queluz (SP), com o objetivo de testar as perdas sobre o valor recuperável do ágio gerado na aquisição da Agtal. Se o valor recuperável da UGC for inferior ao seu valor contábil, é primeiramente alocado para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério *"pro rata"* com base no valor contábil de cada ativo na unidade. **2.13. Tributação - a) Impostos correntes:** Conforme definido pela legislação tributária, no regime de tributação com base no Lucro Presumido, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes. Para as receitas financeiras, tributa-se a base de 100% à alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. As controladas são tributadas pelo regime de tributação com base no lucro real e, sempre que aplicável, a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na alíquota vigente no encerramento de cada exercício, sendo de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual), para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados no encerramento de cada exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de imposto de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao fisco. **b) Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos refletem as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Companhia e suas controladas, no encerramento de cada exercício, esperam recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e quando a Companhia e suas controladas pretendem liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais. **2.14. Provisão para processos judiciais:** A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para os processos judiciais e administrativos cuja probabilidade de perda é considerada possível, a Companhia apenas efetua a divulgação e, para aqueles cuja probabilidade de perda é considerada remota, não há registro nem divulgações. **2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os outros ativos são demonstrados pelos valores de realização e os outros passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **2.16. Reconhecimento da receita:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. De acordo com os conceitos do CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*overtime*), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A apropriação da receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas: **(i)** identificação do contrato; **(ii)** identificação das obrigações de desempenho; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; **(v)** reconhecimento da receita. **2.17. Ativo não circulante mantido para venda:** Um ativo não circulante é classificado como mantido para venda se seu valor contábil for recuperado, principalmente, por meio de uma transação de venda e não por meio de uso contínuo. Os critérios de classificação de itens mantidos para venda são considerados como atendidos somente quando a alienação for altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão será registrada somente até o limite da perda reconhecida. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente no balanço patrimonial. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações. O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a impairment. Os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento das operações descontinuadas são apresentados separadamente em nota explicativa. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. Qualquer participação de acionistas não controladores relativa ao grupo de ativos mantidos para venda é apresentada no patrimônio líquido, não sendo reclassificada no balanço patrimonial.

**3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na aplicação das práticas contábeis, descritas anteriormente, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, referem-se ao valor residual e avaliação das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para contingências, provisão para estoques obsoletos, projeção para recuperação dos tributos diferidos ativos e mensuração do valor recuperável dos ativos para fins de teste de *impairment*.

**4. Gestão de risco financeiro - 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco inflacionário, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia e suas controladas concentram-se na busca de minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia. **a) Risco de crédito:** Esses riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro. **b) Risco de câmbio:** A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, notadamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. A Administração estabeleceu uma política que busca cancelar seu risco cambial nas exportações através da contratação de dívida em moeda estrangeira e utilização de instrumentos financeiros derivativos quando necessário. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. **c) Risco de liquidez:** A Administração da Companhia e suas controladas elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra os detalhes do fluxo de pagamentos dos endividamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Ela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros, com base na data em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações, e inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal incorridos até a data destas demonstrações contábeis:

| Em 31 de dezembro de 2023 | Até 1 mês | De 01 a 03 meses | De 03 a 06 meses | De 06 a 09 meses | De 09 a 12 meses | Acima 01 ano | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fornecedores | 12.881 | 4.892 | 2.245 | 125 | 852 | 632 | **21.627** |
| Empréstimos e financiamentos - Capital de giro | 2.347 | 4.115 | 6.064 | 7.506 | 7.357 | 34.026 | **61.415** |
| Empréstimos e financiamentos - Adiantamento de Câmbio | 4.451 | - | - | - | - | - | **4.451** |
| Empréstimos e financiamentos - Cessão de Recebíveis | 3.017 | 55 | - | - | - | - | **3.072** |
| Empréstimos e financiamentos - Risco Sacado | 935 | 211 | - | - | - | - | **1.146** |
| **Total** | **23.631** | **9.273** | **8.309** | **7.631** | **8.209** | **34.658** | **91.711** |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | **Até 01 mês** | **De 01 a 03 meses** | **De 03 a 06 meses** | **De 06 a 09 meses** | **De 09 a 12 meses** | **Acima 01 ano** | **Total** |
| Fornecedores | 13.066 | 7.524 | 713 | - | - | - | **21.303** |
| Empréstimos e financiamentos - Capital de giro | 1.965 | 2.936 | 6.091 | 7.058 | 6.442 | 36.498 | **60.990** |
| Empréstimos e financiamentos - Leasing | 8 | 11 | 14 | 15 | - | - | **48** |
| Empréstimos e financiamentos - Adiantamento de Câmbio | 2.660 | - | - | - | - | - | **2.660** |
| Empréstimos e financiamentos - Cessão de Recebíveis | 173 | - | - | - | - | - | **173** |
| **Total** | **17.872** | **10.471** | **6.818** | **7.073** | **6.442** | **36.498** | **85.174** |

**d) Risco de taxa de juros:** Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis as variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e dívidas com taxas de juros variáveis, substancialmente, atreladas ao CDI. **e) Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma base sólida de capital para manter a confiança de investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e suas controladas, considerando seu custo de capital, os riscos associados e as necessidades de financiamento para o desenvolvimento dos negócios. O índice de endividamento em 31 de dezembro é o seguinte:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Total de empréstimos e financiamentos** | **70.084** | **63.871** |
| Custo a amortizar | (695) | (391) |
| Caixa e equivalentes de caixa | (5.252) | (6.801) |
| Dívida líquida | 64.810 | 56.679 |
| **Total do patrimônio líquido** | **(2.733)** | **(282)** |
| **Total do capital** | **62.077** | **56.397** |
| Relação da dívida líquida sobre o capital | 104,40% | 101% |

**f) Análise de sensibilidade:** A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente à taxa de juros variável indexada ao CDI. A análise de sensibilidade preparada pela Administração é resumida na tabela a seguir:

| Instrumento financeiro | Risco | Cenário provável | Cenário possível | Cenário remoto |
|---|---|---|---|---|
| Empréstimos e financiamentos | Variação do CDI | (3.141) | (3.926) | (4.711) |

O cenário provável considera as taxas futuras da moeda estrangeira e do CDI, conforme cotações obtidas na B3 para as datas de vencimento previstas dos instrumentos financeiros ou encerramento do próximo exercício, o que acontecer primeiro. Os cenários possível e remoto consideram aumento nessas taxas à ordem de 25% e 50%, respectivamente.

**5. Instrumentos financeiros - 5.1. Instrumentos financeiros por categoria (consolidado):** Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas foram classificados nas seguintes categorias em 31 de dezembro:

| Instrumentos financeiros ativos | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Custo amortizado** | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6) | 5.252 | 6.801 |
| Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 7) | 58.767 | 43.531 |
| Aplicação financeira | 682 | 614 |
| Outros ativos | 4.475 | 3.268 |
| **Total** | **69.176** | **54.214** |
| **Instrumentos financeiros passivos** | | |
| **Custo amortizado** | | |
| Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 14) | 69.389 | 63.480 |
| Fornecedores (Nota Explicativa nº 15) | 21.627 | 21.303 |
| Outros passivos (Nota Explicativa nº 17) | 5.154 | 3.696 |
| **Total** | **96.170** | **88.783** |

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

| | Controladora 2023 | 2022 | Consolidado 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Caixa e bancos | 672 | 610 | 4.948 | 6.346 |
| Aplicações financeiras **(*)** | - | - | 304 | 455 |
| **Total** | **672** | **610** | **5.252** | **6.801** |

**(*)** A aplicação financeira possui liquidez imediata e é remunerada a taxa de 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

**7. Contas a receber de clientes (consolidado)**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Contas a receber de clientes – nacionais | 61.586 | 45.020 |
| Contas a receber de clientes – internacionais | 538 | 1.000 |
| **Total** | **62.124** | **46.020** |
| Provisão para perda de crédito esperada | (3.357) | (2.489) |
| **Total** | **58.767** | **43.531** |

A Companhia registra a provisão para perda de crédito esperada para títulos vencidos há mais de 360 dias, pois considera que a partir desse período há riscos potenciais de inadimplência. Adicionalmente, a Administração efetua uma avaliação individualizada da situação financeira dos clientes para avaliar a necessidade de uma provisão além daquela já estabelecida. A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **A vencer** | **49.399** | **40.515** |
| **Vencidos** | | |
| Até 30 dias | 5.591 | 2.917 |
| De 31 a 90 dias | 1.995 | 79 |
| De 91 a 120 dias | 194 | 20 |
| De 121 a 180 dias | 569 | - |
| De 181 a 360 dias | 2.216 | - |
| Acima de 360 dias | 2.160 | 2.489 |
| **Total** | **62.124** | **46.020** |

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada é demonstrada a seguir:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Saldo em 1º de janeiro** | **(2.489)** | **(2.460)** |
| Movimentação | (868) | (29) |
| **Saldo em 31 de dezembro** | **(3.357)** | **(2.489)** |

**8. Estoques (consolidado)**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Produtos acabados | 4.184 | 4.615 |
| Matéria-prima | 4.892 | 4.992 |
| Material de embalagem | 4.810 | 4.301 |
| Material de consumo | 1.145 | 1.249 |
| **Total** | **15.031** | **15.157** |

A administração a partir de 2021 adotou como política de estoques obsoletos efetuar a baixa mensal de 100% dos itens vencidos e os próximos a vencer no final de cada mês, não tendo necessidade de provisão para obsolescência.

**9. Tributos a recuperar**

| | Controladora 2023 | 2022 | Consolidado 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Crédito exclusão ICMS base PIS e Cofins | - | - | - | 6.552 |
| IPI a recuperar | - | - | 289 | 194 |
| ICMS sobre ativo | - | - | 85 | 105 |
| ICMS a recuperar | - | - | - | 110 |
| ICMS-ST a recuperar | - | - | 159 | 423 |
| Impostos a recuperar sobre armazenagem | - | - | 298 | - |
| IRPJ a recuperar | - | - | 189 | - |
| CSLL a recuperar | - | - | 66 | - |
| Outros | 105 | 105 | 107 | 163 |
| **Total** | **105** | **105** | **1.193** | **7.547** |
| **Circulante** | **-** | **-** | **1.088** | **7.442** |
| **Não circulante** | **105** | **105** | **105** | **105** |

**10. Imposto de renda e contribuição social diferidos (consolidado):** Os saldos de ativo e passivo diferidos têm a seguinte composição:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social | 33.198 | 32.343 |
| **Diferenças temporárias** | | |
| Provisão para perda de crédito esperada | 1.141 | 846 |
| Provisão para processos judiciais | 377 | 1.418 |
| Provisão para comissões | 767 | 338 |
| Provisão para fretes | 225 | 337 |
| Provisão para campanhas de venda | 254 | 268 |
| Outras provisões | 231 | 68 |
| **Total** | **36.193** | **35.618** |
| Créditos fiscais não reconhecidos | (4.937) | (12.947) |
| **Total diferido ativo** | **31.256** | **22.671** |
| Ágio e diferença de taxa de depreciação | (10.489) | (10.304) |
| **Total diferido passivo** | **(10.489)** | **(10.304)** |
| **Total diferido líquido** | **20.767** | **12.367** |

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pelos órgãos da Administração, a Companhia e suas controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, líquidos de diferenças temporárias, nos seguintes exercícios:

| Ano | R$ |
|---|---|
| 2024 | 678 |
| 2025 | 1.115 |
| 2026 | 1.398 |
| 2027 em diante | 17.576 |
| **Total** | **20.767** |

A Administração da Companhia e suas controladas consideram que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução dos processos judiciais e dos demais eventos. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios que estão sendo implementadas conforme planos executados pela Administração. Dessa forma, a Administração da Companhia e suas controladas acreditam que a recuperação dos créditos tributários contabilizados seja provável. **10.1. Imposto de renda e contribuição social correntes:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

| Controladora | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Receitas financeiras | 63 | 59 |
| Alíquotas nominais | 34% | 34% |
| Crédito tributário | (21) | (20) |
| **Ajustes dos impostos referentes a:** | **2023** | **2022** |
| Diferenças permanentes | 20 | 20 |
| **Total** | **-** | - |
| Débito de imposto de renda e contribuição social correntes | - | - |
| **Consolidado** | **2023** | **2022** |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | (10.851) | (9.560) |
| Alíquotas nominais | 34% | 34% |
| Crédito tributário | 3.689 | 3.250 |
| **Ajustes dos impostos referentes a:** | | |
| Diferenças permanentes | 536 | 374 |
| Diferenças temporárias | (373) | (429) |
| Diferença entre depreciação fiscal e societária | (202) | (210) |
| Créditos fiscais não reconhecidos | (3.650) | (2.985) |
| **Total** | **-** | **-** |
| Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos | **-** | **-** |
| Débito de imposto de renda e contribuição social correntes | **-** | **-** |

**11. Investimentos e provisão para perdas com investimentos (controladora)**

| | Capital Social | Participação % 2022 | Participação % 2023 | Patrimônio Líquido | Resultado do exercício | Equivalência Patrimonial 2023 | 2022 | Saldo de investimento 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Enova Participações S.A. | 43.993 | 100 | 100 | (2